



Sociedade & Natureza

ISSN: 0103-1570

sociedadedenatureza@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia
Brasil

dos Santos Govindin, Julienne Louise; de Souza Miller, Francisca
PRÁTICAS SOCIAIS E SIMBÓLICAS: COMUNIDADE DE PESCADORES E UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO EM BAÍA FORMOSA/RN
Sociedade & Natureza, vol. 27, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 125-139
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321338444010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PRÁTICAS SOCIAIS E SIMBÓLICAS: COMUNIDADE DE PESCADORES E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM BAÍA FORMOSA/RN

Symbolic and Social Practices: Fisher's Community and Conservation Unity in Baía Formosa/RN

Julienne Louise dos Santos Govindin

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
jugovindin@gmail.com

Francisca de Souza Miller

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
fransmiller56@yahoo.com.br

Artigo recebido em 06/11/2013 e aceito para publicação em 16/03/2015

RESUMO: As unidades de conservação surgiram em resposta aos danos ambientais. Na Mata Atlântica do Nordeste brasileiro, os maiores danos são oriundos da agroindústria canavieira, sobretudo através do desmatamento para introdução dos canaviais e instalação do aparato industrial. Além dos danos na biodiversidade, há também sérios problemas sociais que afetam as comunidades que sobrevivem direta ou indiretamente do bioma da Mata Atlântica. Esse artigo possui como objetivo identificar os recursos naturais e seus usos por uma comunidade de pesca do município de Baía Formosa/RN, e analisar suas práticas sociais e simbólicas reproduzidas na unidade de conservação Mata Estrela, antes e depois de sua criação e da instalação de uma usina sucroalcooleira. Para tanto, fez-se uso da abordagem etnográfica, da pesquisa bibliográfica e da história oral. As práticas sociais e simbólicas na Mata Estrela no passado se apresentavam mais fortemente. As frutas, madeiras, plantas medicinais e animais eram utilizados pela comunidade para a subsistência e comércio. As práticas sociais eram a agricultura, extrativismo e o lazer. As práticas simbólicas eram as lendas, o cemitério antigo e o santuário da Santa Cruz das Areias.

Palavras-chave: Comunidade pesqueira. Unidade de conservação. Recursos naturais. Práticas sociais. Práticas simbólicas.

ABSTRACT: The conservation unities emerged in response to the environmental damages. In the Atlantic Forest of the Brazilian Northeast, the most of the damages come from the sugar-cane agro-industry, especially by the deforestation for the introduction of sugar-cane fields and installation of the industry structure. Besides the damages over the biodiversity, there are critical social problems that affect the communities which survive using directly or indirectly the biome from the Atlantic Forest. This article has the objective of identify the natural resources and the uses of them by a fisher's community located at Baía Formosa/RN, and also analyze the symbolic and social practices reproduced in the Conservation Unity of the Mata Estrela before and after the creation and installation of a sugar-alcohol industry. For that, it was used the ethnographic approach, a literature review and the oral history approach. The symbolic and social practices in the Mata Estrela were stronger in the past. The fruits, wood, medicinal plants and the animals were used by the community for subsistence and trade. The social practices were the agriculture, hunting and gathering, and the entertainment. The symbolic practices were the legends, the ancient cemetery and the Santa Cruz das Areias Sanctuary.

Keywords: Fisher's Community. Conservation Unity. Natural Resources. Social Practices. Symbolic Practices.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320150109>

Soc. & Nat., Uberlândia, 27 (1): 125-139, jan/abr/2015

INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica estendia-se originalmente por aproximadamente 1.300.000 Km² em 17 estados do território brasileiro. Hoje, os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 8% de sua cobertura original (INPE, 2013). Devido essa enorme degradação, a Mata Atlântica é um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta e por isso considerada um *hotspot* (zona prioritária, numa tradução livre) para a conservação da diversidade biológica global (BRASIL, 2012). O que mais tem atingido a Mata Atlântica no Nordeste é a agroindústria, através da monocultura de cana de açúcar e usinas de beneficiamento de açúcar e álcool combustível. Segundo Diegues (2002), a monocultura em conjunto com a implantação das usinas sucroalcooleiras apresenta sérios problemas socioambientais, a situação é ainda mais grave no Nordeste, onde essa cultura está atingindo os Tabuleiros Costeiros e se alastrando para os vales dos rios e estuários.

Os problemas ambientais oriundos da monocultura da cana-de-açúcar são inúmeros, tanto pelo desmatamento para introdução dos canaviais e instalação do aparato industrial, quantos pelos poluentes gerados pelas destilarias de álcool, como o vinhoto, despejados nos rios e lagoas. Esses problemas foram agravados na década de 1970 com o surgimento do Proálcool (Política de Desenvolvimento da Produção de Álcool). Em 1975 iniciou-se uma aceleração na ocupação de áreas para implantação de destilarias por empresários com altos financiamentos do Governo Federal. Segundo Andrade (1994), a expansão dos canaviais nos Tabuleiros Costeiros, com o Proálcool, agravou ainda mais os problemas sociais e ecológicos, desorganizando a frágil e pequena produção agrícola de uma área superpovoada e maximizando a poluição dos cursos d'água.

Em resposta aos danos ambientais, sobretudo a partir da década de 1970 começou-se a estabelecer instituições, mecanismos e legislações destinadas à conservação do chamado “mundo natural” (DIEGUES, 2000). Surgem, assim, as unidades de conservação como pilares para a conservação da biodiversidade. Em 2000 se instituiu no Brasil, o sistema legal que definiu e regulamentou as áreas protegidas em todos os níveis, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (SCHIAVETTI; MAGRO; SANTOS,

2012).

Além dos danos a biodiversidade, há também sérios problemas sociais que afetam as comunidades que sobrevivem direta ou indiretamente do bioma da Mata Atlântica. Segundo o Censo Populacional 2010 (IBGE) mais de 61% da população brasileira vivem neste bioma. Os danos são também na “diversidade cultural e na relação entre biodiversidade e sociodiversidade, e não somente na biodiversidade, como se afirma” (ADAMS, 2000).

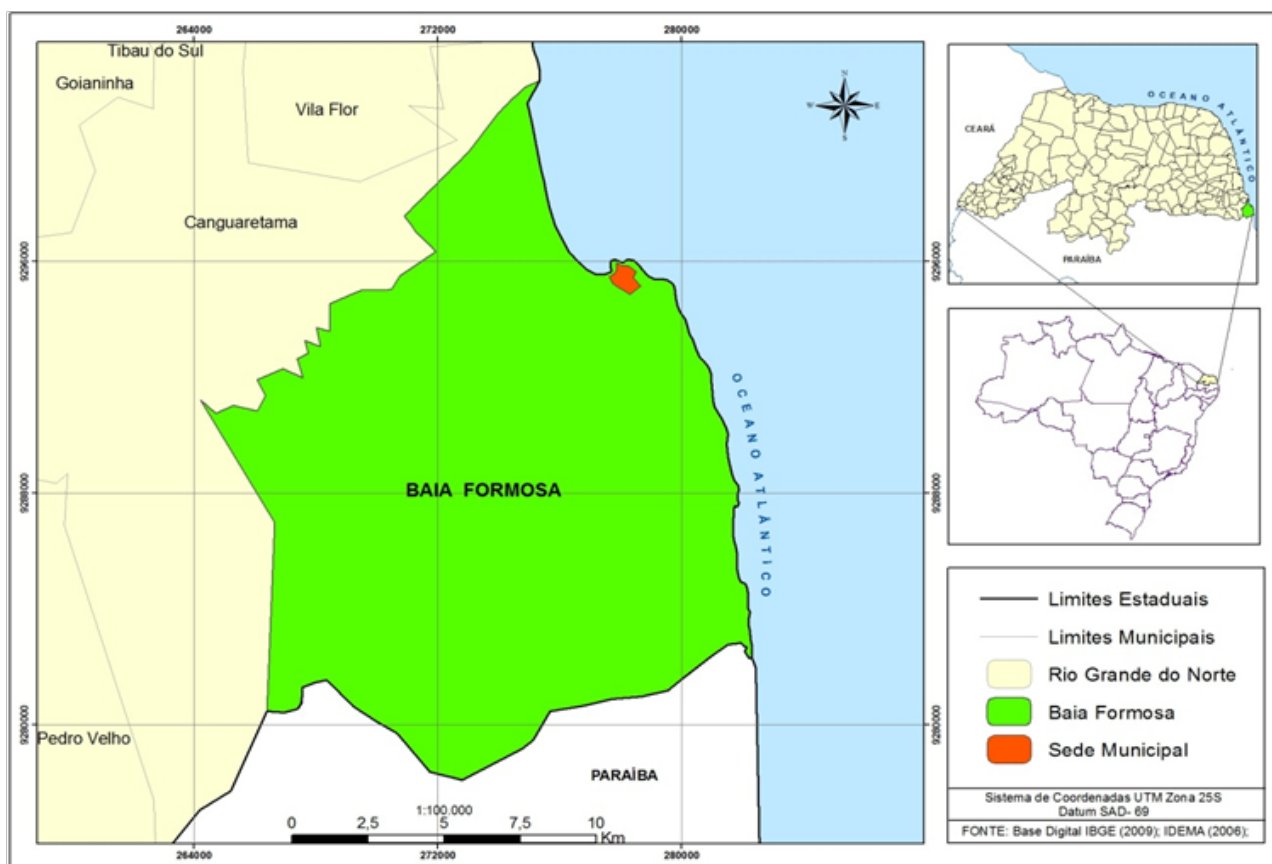
A pesquisa está inserida sob esta perspectiva, de pensar a preservação do meio natural conjuntamente com o meio social, levando em consideração a presença das comunidades que vivem há muitas gerações nas áreas de preservação e dependem do uso “sustentável” dos recursos naturais e de práticas sociais e simbólicas. “Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, os mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas” (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

A base empírica de investigação é a comunidade de pescadores de Baía Formosa/RN, que se relaciona com a Mata Estrela, unidade de conservação de caráter privado, a qual faz parte da extensa área pertencente a uma usina de beneficiamento de açúcar e álcool combustível. A partir desse contexto, o presente artigo tem como objetivo identificar os recursos naturais e seus usos pela comunidade e analisar suas práticas sociais e simbólicas reproduzidas na unidade de conservação antes e depois da sua criação e da instalação da usina.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Município de Baía Formosa (Figura 1) está localizado a 90 km de Natal, situado na Microrregião Litoral Sul do Estado do Rio Grande do Norte. Baía Formosa limita-se ao leste e norte com Oceano Atlântico, ao oeste e norte com o Município de Canguaretama e ao sul faz fronteira com a Paraíba. O município localiza-se às margens de uma baía, com área de unidade territorial (Km²) de 245,661 ou 24.566 hectares, o equivalente a 0,47% da área estadual, sendo 26 km de praias e 2.635 hectares compreendidos pela Mata Estrela. A população municipal é composta por 8.687 habitantes (IBGE, 2013).

Figura 1 - Município de Baía Formosa/RN.



Fonte: Elaborado por Luzimar Pereira da Costa, 2013.

A cobertura vegetal natural do município é formada pela maior remanescente de Mata Atlântica do Rio Grande do Norte, composta por vegetação de restinga (1.008 ha), por vegetação de mangue (2.422 ha) e por Floresta Estacional Semidecidual (1.888 ha). Parte dessa área de Mata Atlântica é conhecida como Mata Estrela (Figura 2) que possui cerca de 2.635 hectares, sendo cerca de 1.888 hectares de floresta, 81,64 hectares de Dunas e 64,73 de lagoas que em número são um total de 19 (IDEMA, 2008). Ela foi tombada pelo Estado em 1990 e, em 1993, passou a integrar a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira. Em 2000, a Mata Estrela passou a ser uma unidade de conservação, a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN - Mata Estrela “Senador Antônio Faria”. De acordo com o artigo primeiro do decreto nº 5.746 de 2006, que regulamenta o artigo 21 da lei nº 9.985, de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza,

a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN é unidade de conservação de domínio privado, com objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade.

Figura 2 - Reserva Particular do Patrimônio Natural – Mata Estrela.

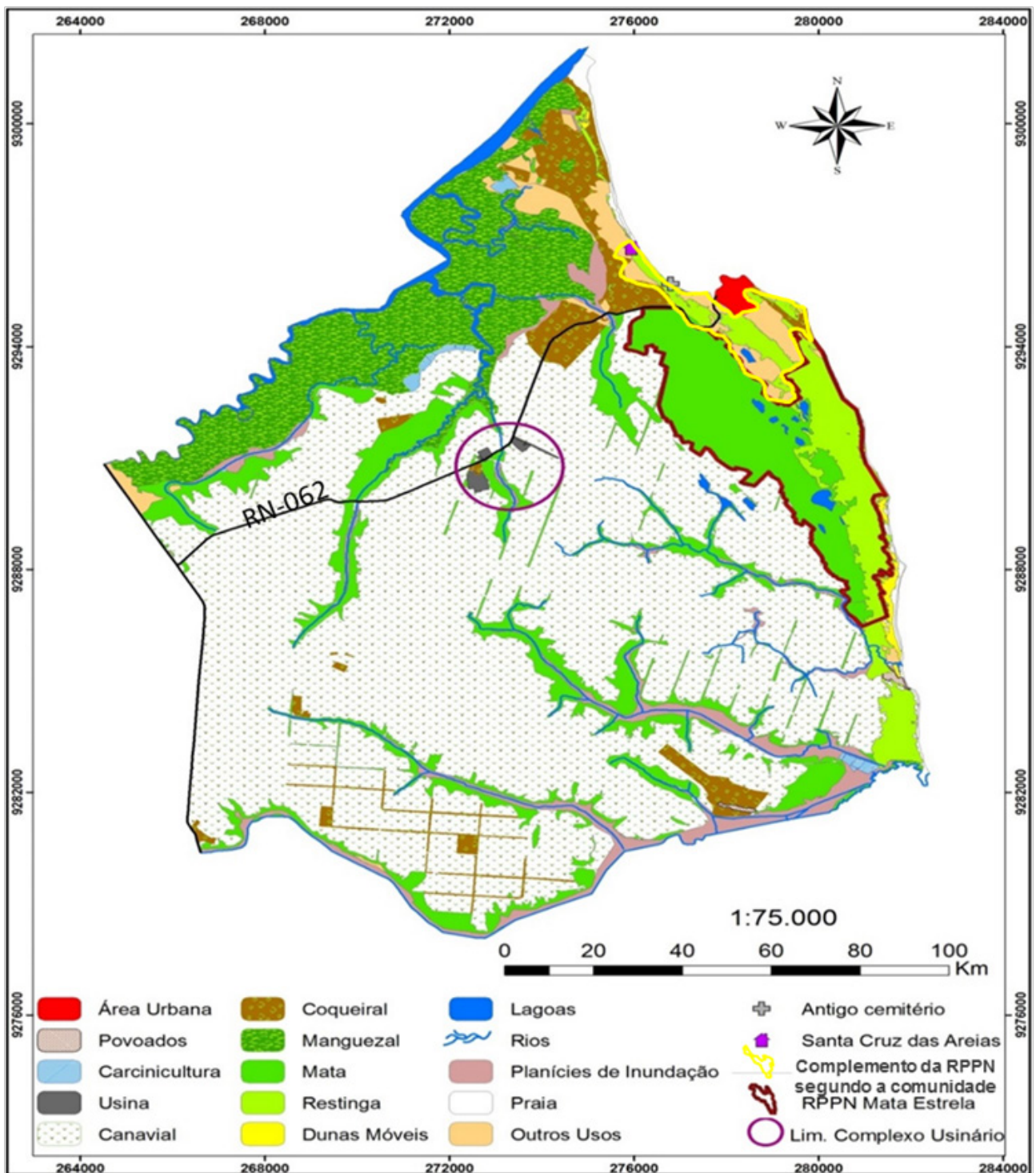


Fonte: IDEMA, 2008.

Dentre as atividades econômicas encontram-se a agricultura, predominando a monocultura de cana de açúcar como pode ser observado no mapa de uso e ocupação do solo do município de Baía Formosa/RN (Figura 3), a indústria através de uma usina de beneficiamento de açúcar e álcool combustível, o turismo, a carcinicultura e a pesca. A pesca comercial simples também contribui com a economia local. Nela são envolvidos cerca de mil

pescadores, dentre os quais, 832 estão cadastrados na Colônia João Tomé da Silva – Z11, colônia de pesca de Baía Formosa fundada em 1949.

Figura 3 – Uso e ocupação do solo do Município de Baía Formosa/RN.



Fonte: Elaborado por Luzimar Pereira da Costa, 2013.

Segundo a historiadora Denise Monteiro (2002), Baía Formosa originou-se no período colonial em 1604 a partir de uma sesmaria e terras concedidas pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque a seus próprios filhos, no vale do Rio Cunhaú, atual Município de Canguaretama. No dia 31 de dezembro de 1958 Baía Formosa foi emancipada da Comarca de Canguaretama e tornou-se Município através da lei 2.338 de mesma data (IBGE, 2013). Segundo a história local, a partir de relatos dos moradores, o município teve sua origem na Rua da Cacimba, primeira rua da antiga vila de pescadores.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o trabalho de campo empregou-se à abordagem etnográfica, conjuntamente com algumas técnicas adequadas à captação de informações como diário de campo, registros de imagens, observação participante e entrevistas, para obtenção e organização dos dados úteis à pesquisa. Empregou-se a pesquisa bibliográfica e a perspectiva diacrônica. Assim se investiga os eventos do passado a fim de entender o que se passa no presente, observando as mudanças ocorridas.

A pesquisa foi realizada com a comunidade de pescadores de Baía Formosa, a qual é composta por pescadores, carpinteiros (construtores dos barcos), marisqueiras, pombeiros (compradores de peixes) e seus familiares, ou seja, pessoas unidas por laços de convivência que se relacionam ou relacionaram diretamente com a Mata Estrela. Após os primeiros contatos com a comunidade e em virtude do seu grande universo, necessitou-se definir um recorte menor. As informações iniciais para a seleção deste recorte foram obtidas por meio de conversas informais com o Presidente da Colônia de Pescadores Z-11, com os fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com informantes locais. Partiu-se do critério de pescadores e moradores mais antigos e pescadores atuantes, dando ênfase àqueles reconhecidos e indicados pela comunidade como detentores de maior conhecimento sobre o passado e de experiências sobre a Mata Estrela.

Assim, foram realizadas dezesseis entrevistas com pescadores e moradores indicados

como potenciais colaboradores da pesquisa. A cada entrevistado foi solicitado que indicasse outros potenciais colaboradores locais para a pesquisa. As entrevistas foram realizadas em diferentes espaços, algumas nas residências dos próprios entrevistados; espaços de convivência dos pescadores, como a sede da colônia; a praça dos pescadores e o porto de embarcações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesca marítima é uma prática social predominante entre grupo de pescadores conforme estudos de vários autores (CASTRO, 2012; MALDONADO, 1986, 1993; SILVA, 2011). Em alguns grupos ocorre à coexistência com outras práticas, como mostra Miller (2002) em seu trabalho sobre os pescadores-agricultores de Barra de Tabatinga.

No presente artigo, a comunidade estudada é caracterizada como camponesa. Segundo Firth (1974), “de forma ampliada o sentido do termo camponês abarca pequenos produtores, tais como o pescador ou o artesão rural, que participam do mesmo tipo de organização econômica simples e de vida em comunidade. O pescador, pode de fato ser também um agricultor camponês durante parte do tempo.” Como também “os camponeses, ainda que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, podem ser pescadores, artesãos, extrativistas, segundo as estações do ano e a necessidade de obtenção de dinheiro para suas compras na cidade” (FIRTH, 1950 apud DIEGUES; ARRUDA, 2001). Como aponta Miller (2002), baseada no conceito de camponês de Firth, “trata-se de uma categoria socioeconômica não necessariamente exclusiva à agricultura”.

Além de camponesa, a comunidade estudada também é caracterizada como sociedade tradicional, segundo a noção definida por Arruda (2000), de grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos

da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

Em Baía Formosa, na comunidade de pescadores (tradicional e camponesa) coexistem práticas sociais, com a predominância da pesca marítima articulada a outras práticas, sobretudo na Mata Estrela. Com base nos dados obtidos por meio da realização de entrevistas, no passado antes da instalação da usina em 1974, as práticas sociais

da comunidade no espaço da Mata Estrela eram o extrativismo, a agricultura e o lazer. O extrativismo consistia na caça, pesca nos rios e manguezais e coleta de frutos, madeiras e plantas medicinais. A agricultura praticada era de subsistência baseada em pequenas áreas de cultivo, os chamados roçados. O lazer resumia-se aos banhos de lagoas e rios. Segue o quadro sinótico das práticas sociais na Mata Estrela antes de 1974 (Tabela 1).

Tabela 1 - Quadro sinótico das práticas sociais na Mata Estrela antes de 1974.

Práticas Sociais				
Extrativismo			Agricultura	Lazer
Caça	Pesca	Coleta		
Coelho	Aratu	Frutas	Banana	Banhos nos rios e lagoas
Cutia	Camarão	Madeiras	Batata	
Jacú	Caranguejo	Plantas Medicinais	Macaxeira	
Quandú	Gorjá		Mandioca	
Tamanduá	Marisco			
Tivassu	Piraúna			
Veado				

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Estas práticas podem ser verificadas no relato do interlocutor local, como exemplificado nos seguintes trechos:

“Trabalhei muito na mata com meu pai, a gente trabalhava na mata, mas porque íamos colocar os roçados né, eu atravessava a mata (...) ali foi onde a gente trabalhou, na vagem, o que a gente chama de paú, pra plantar banana, macaxeira, batata essas coisas toda, na época do verão, trabalhei muito com meus pais ali” (Entrevistado nº3, 63 anos).

“Na época a gente pegava cajarana, caju, maçaranduba, mangaba, murici, a fruta que dava na mata a gente pegava mais só pra o consumo, as vezes que a gente vendia caju, quando dava de sobra. Algumas vezes pegava também umas plantas lá, papai trazia o caroço de podoio, já ouvir falar? E trazia uma tal de quina-quina, ainda hoje tem, pra gripe, tosse” (Entrevistado nº3, 63 anos).

“As vezes a gente ia para mata, quando

era época, a gente matava um animal, era passarinho, o jacú. Jacú é assim como uma galinha, mas aqui tinha coelho, cutia, tamanduá, veado na época, quandú, tivassu...” (Entrevistado nº3, 63 anos).

Na fala do interlocutor, além das práticas sociais verificam-se exemplos de alguns recursos naturais utilizados no passado pela comunidade. Com base nas entrevistas e relatos identificou-se esses recursos (Tabela 2), dos quais 16 são frutas, 19 são madeiras, 8 são plantas medicinais e 13 são animais.

Tabela 2 - Recursos naturais utilizados pela comunidade antes de 1974.

Frutas		Madeira		Plantas Medicinais	Animais
Araça	Murta	Biriba	Pau D'arco	Alcaçuz	Aratu
Bacopari	Oiti/Goiti	Cajarana	Piquiá	Arueira	Camarão
Bati	Ubáia	Cajueiro	Quiri	Babatenon	Caranguejo
Batinga		Camboin	Sapucarana	Caraúba	Coelho
Cajarana		Coipuna	Sucupira	Guajirú	Cutia
Caju		Eucalipto	Ubaia	Jatobá	Gorjá
Cambuim		Gameleira		Podoio	Jacú
Gogori		Gororoba		Quina-Quina	Marisco
Guajiru		Ipê			Piraúna
Maçaranduba		Jaqueira			Quandú
Mangaba		Louro			Tamanduá
Maria Preta		Maçaranduba			Tivassu
Murici		Oiti			Veado

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

As frutas coletadas eram para subsistência, mas quando havia excedentes estas eram comercializadas. A caça e a pesca também se caracterizavam como uma prática de subsistência. A madeira era utilizada para construção de casas, barcos e ferramentas de trabalho (foice) e, as plantas medicinais para tratamento de enfermidades. Podemos observar no primeiro trecho de relatos dos interlocutores o uso da madeira para construção de moradia, no segundo o uso de plantas para fins medicinais e no terceiro o uso da madeira para construção de barcos:

“Peguei a cortar madeira para esse casebre que nós estamos morando, eu com 18 anos, quem cortou a madeira dessa casa todinha foi seu criado, ia cortar madeira da casa, inchamé, caibro, linha, fiz ela de palha, acabei de cobrir de palha e vim para dentro” (Entrevistado nº1, 97 anos).

“Para sarar enfermidade tinha uma tal de arueira e uma tal de barbatenon, é um pau que tem, você estava com ferida aí passava aquela água, tomava um pouquinho, sarava” (Entrevistado nº3, 63 anos).

“Meu pai era carpinteiro, foi quem me ensinou, a gente fazia lancha de 12 metros, 15 metros, mas tudo manual, não tinha nada

de elétrico não (...) os tabuados a gente fazia de sapucarana, oiti, louro. O mastro faz de qualquer um pau, mas o preferido mesmo é a gororoba” (Entrevistado nº12, 81 anos).

O uso da madeira, especialmente para a construção naval, e o uso das plantas medicinais chama a atenção para a importância do conhecimento que essa comunidade possui sobre os recursos naturais. Demonstram os saberes e fazeres tradicionais dessa comunidade. Entendemos conhecimento tradicional, conforme Diegues e Arruda (2001), como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração.

As populações tradicionais possuem uma forma particular de produzir e expressar seu conhecimento sobre a natureza. “As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas também nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes” (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Exemplo deste conhecimento tradicional foi demonstrado por Miller (2012) num estudo etnociência das categorizações que duas comunidades do Rio Grande do Norte desenvolveram sobre as formas de vida presentes no mangue, em especial os moluscos.

O conhecimento tradicional, o saber-fazer da comunidade estudada é demonstrado através da arte da cura e da arte da carpintaria naval. Essa última engloba dois conhecimentos, o conhecimento sobre a construção naval e o conhecimento sobre as madeiras utilizadas para este tipo de construção. Nem toda madeira serve para a construção de um barco, são utilizadas madeiras específicas para esse fim, como também são utilizadas madeiras específicas para cada parte do barco. É necessário um conhecimento para poder identificá-las.

Da mesma forma se estabelece com a arte da cura. É necessário um conhecimento sobre as plantas para poder identificar aquelas com propriedades medicinais. Com base nos relatos orais, podemos observar na Tabela 3 o tipo de madeira com seu uso específico na construção dos barcos e as plantas medicinais que curam as enfermidades correspondentes.

Tabela 3 - Quadro sinótico do Conhecimento Tradicional da comunidade.

CONHECIMENTO TRADICIONAL			
Arte da Carpintaria Naval		Arte da Cura	
Madeira	Parte do barco	Plantas Medicinais	Enfermidades
Biriba	Caibro	Alcaçuz (raiz)	Tosse
Cajarana	Mão de Tranco	Arueira	Inflamação
Coipuna	Tinta impermeabilizante	Babatenon	Inflamação
Gameleira	Assento	Caraúba	Tosse, Gripe
Gororoba	Mastro	Guajiru	Dor de barriga
Louro	Tabuado	Jatobá	Tosse, Gripe
Maçaranduba	Quilha/Mastro	Podoio (caroço)	Dor de barriga
Oiti	Tabuado	Quina-Quina	Tosse, Gripe
Piquiá	Tabuado		
Quiri	Emendas		
Sapucarana	Tabuado		
Sucupira	Cavernas		

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Além das práticas sociais, a Mata Estrela também é o espaço de práticas simbólicas. Para a comunidade a mata não representa somente o espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território pode ser visto também como *locus* das representações mentais e do imaginário mitológico das populações tradicionais (DIEGUES; ARRUDA, 2001). As práticas simbólicas são as representações, símbolos e mitos que a comunidade constrói. No passado, estas práticas eram compostas pelos mitos reproduzidas pela comunidade existentes nos diferentes espaços da mata, como lagoas, árvores e caminhos que se cruzam, composta pelos ritos praticados no cemitério antigo e composta pelos ritos

no santuário da Santa Cruz das Areias. Dentre os mitos relatados pela comunidade destacam-se, o da Gameleira, do Tabuleirinho, da Lagoa do Capitão, da Lagoa do Navio, da Lagoa do Cavalo e o do Pagão. Esse último é relatado no seguinte trecho:

“Era no tempo que não existia maternidade, teve uma mulher que não tinha marido, era mulher solteira, então ela foi e engravidou. Ela foi buscar mangaba num lugar que tem chamado lagoa d’água, e para ali, na mata ela teve um aborto (...) a parteira terminou de fazer o trabalho com ela e enterraram a criança lá na mata mesmo. Então quando foi com algum

tempo, a criança que não é batizada chora, o povo ia fora de hora na mata e escutava aquele choro. Uma mulher que foi na mata buscar mangaba, quando chegou longe ela escutou o choro do menino recém-nascido, então ela batizou o menino e depois disso não escutou mais choro nenhum” (Entrevistado nº2, 58 anos).

Outra prática simbólica que ocorria no espaço da mata era o rito fúnebre no cemitério antigo (Figura 4). Este foi o primeiro cemitério de Baía Formosa, localizado a beira mar. Não se sabe a data de sua origem, nem nos registros escritos nem nos registros orais. Mas, podemos dizer que o cemitério antigo tinha

mais de 100 anos baseando-se nos relatos orais. Segue alguns trechos desses:

“é onde está a minha família, a família da minha mãe, onde está a família do meu avô” (Entrevistado nº1, 97 anos).

“Esse cemitério já existia lá, quando não podia ir pela praia, na época levava numa rede, iam pela mata e enterravam lá. As pessoas que moravam aqui não sei quanto tempo, não sei se era índio, só sei que quando eu me entendi de gente o cemitério estava lá. Deixasse que a natureza destruísse” (Entrevistado nº3, 63 anos).

Figura 4 - Vista aérea do cemitério antigo



Fonte: Idema, 2008

O rito sagrado na mata é praticado no Santuário da Santa Cruz das Areias (Figura 5), para a qual são atribuídos milagres. Localizada em um morro, o santuário é constituído por uma capela que abriga a Santa Cruz e ex-votos. Ex-voto são objetos que se oferece numa capela, igreja, santuário em agradecimento ao milagre recebido. O ex-voto pode ser expresso em várias formas: bilhetes, cadernos, esculturas, quadros, fotos, objetos de madeira, geralmente representando formas de parte doente do

corpo, como braço, perna, cabeça, olho, entre outros. Não se sabe a origem da primeira cruz, mas a origem da segunda cruz e da capela é narrada no seguinte relato:

“A Santa cruz já existia, não lembro quem foi que fez a promessa e levou essa cruz lá abaixo do morro dali, então chamam o morro da santa cruz. Teve aqui uma ventania, o mar cresceu, o barco de seu chico amaro quebrou

a amarra e saiu sem destino. Ele foi e fez uma promessa com a santa cruz das areias, para se o barco dele sair ainda sã, sem quebrar nada, ele colocava outra santa cruz lá e fazia uma capela. Quando foi no outro dia o bote apareceu de frente a santa cruz e todo perfeito. Então a gente chama santa cruz milagrosa,

porque ela fez esse milagre e muitos milagres. Agora depois dessa promessa, foi que seu chico amaro fez a capela da santa cruz e o padre benzeu a cruz que seu chico amaro fez e foi em procissão levar lá, faz muito tempo, muito tempo” (Entrevistado nº2, 66 anos).

Figura 5 - Santa Cruz das Areias



Fonte: Julienne Govindin, 2013.

É importante esclarecer que a área que o cemitério antigo ocupava e a área da Santa Cruz das Areias não estão dentro dos limites da unidade de conservação. Mas, para a comunidade, a Mata Estrela estende-se além da área limitada para proteção ambiental. Assim para efeito deste estudo consideramos a Mata Estrela como percebe a comunidade, para além dos limites institucionais.

Desde o período colonial, quando em 1604 o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque concedeu uma sesmaria e terras a seus próprios filhos, que Baía Formosa tem seu território ocupado por grandes proprietários. Antigamente eram os grandes latifundiários, hoje são os empresários dos ramos agroindustrial e hoteleiro. A Reserva particular do Patrimônio Natural – RPPN - Mata Estrela “Senador Antônio Faria” foi criada na área de propriedade do Grupo Farias. Mas, como foi dito anteriormente,

existem outras propriedades cuja área engloba parte da mata. No passado essa cobria uma área maior que a de hoje, como podemos perceber nestes trechos:

“Essa mata aqui não tinha quem entrasse, tinha uma ponta de mata que só se entrava com candeeiro, isso era a hora da noite, era de meio dia, era de manhã, porque era muito escura. E agora depois que essa usina entrou aí, desmatou ela toda. Essa mata estrela aí era uma mata sem fim” (Entrevistado nº1, 97 anos).

“A mata era composta, era daí até o Guajú, pois essa mata aí, que está toda desmatada, numa hora dessa (11:00) era escuro” (Entrevistado nº3, 63 anos).

De acordo com as entrevistas, hoje são poucas as famílias que praticam a agricultura. Cada vez mais estão deixando os roçados para trabalharem no corte da cana ou migrando para a área urbana. Com o passar do tempo, a mata tornou-se um lugar cada vez menos frequentado para a caça e retirada de madeira. Os poucos que ainda a frequentam para esse fim, vão à noite, “às escondidas”, sobretudo após a criação da unidade de conservação, quando foram impostos limites de uso pelos órgãos fiscalizadores, como também pela vigilância privada contratada pela Usina. Podemos verificar isso nos trechos seguintes:

“Escondido, porque o ibama até hoje proíbe, então depois que ficou propriedade privada não se teve mais a liberdade nem sequer de tirar um cipó na mata, se tirar é escondido né, é roubo pra eles, ele acha que é roubo (...) para gente mesmo que tinha liberdade não ficou muito bom, porque a gente não pode nem andar na mata, se andar os vigia estão em cima, se pegar um pedaço de pau para fazer um cabo de uma foice numa enxada os vigia proíbem, quer dizer, pra mim não ficou muito bom, mas pra quem rouba de noite, que é acostumado a tirar de noite (...) mas agora ficou uma propriedade privada, estamos num curral, um beco sem saída” (Entrevistado nº3, 63 anos).

Isso demonstra, na prática, que o modelo de preservação que se segue não leva em conta a comunidade. Isso também é verificado na legislação que regulamenta a RPPN, através dos artigos 14 e 17 do decreto nº 5.746 de 2006. O artigo 14, do referente decreto, estabelece que “A RPPN só poderá ser utilizada para o desenvolvimento de pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais previstas no Termo de Compromisso e no seu plano de manejo”. E no artigo 17 determina-se que “Somente será admitida na RPPN moradia do proprietário e funcionários diretamente ligados à gestão da unidade de conservação, conforme dispuser seu plano de manejo”.

Esse modelo preservacionista enxerga o homem como um ser exterior a natureza. Segundo

Diegues e Arruda (2001) a biodiversidade é vista como produto da natureza, mas ela é também, produto da ação das sociedades e culturas humanas, principalmente das sociedades tradicionais. Como afirma Diegues (1997) “o chamado patrimônio natural a ser protegido faz parte integrante do patrimônio cultural das populações tradicionais, pois é o lugar de reprodução econômica, social e simbólica. E, por isso, não podem ser protegidos separadamente”.

Além do modelo preservacionista adotado, outros fatores fizeram com que os recursos naturais se tornassem cada vez menos utilizados. Mudanças nos meios produtivos da pesca como a introdução da linha de nylon, que substituiu a antiga linha tingida pela tinta extraída da casca da coipuna, como também o desaparecimento de alguns animais, estão entre esses fatores, o que se constata a partir dos relatos a seguir:

“Na mata daqui era veado, era onça, cobra, raposa, macaco, comia muita carne de veado, o veado vinha comer atrás da casa da gente” (Entrevistado nº1, 97 anos).

“Aqui na época tinha uns passarinhos por nome nambu (...) você anda a mata da estrela todinha e você não vê um! (...) O coelho! Ande aqui do Guajú até Barra de cunhaú para ver se encontra um coelho?!” (Entrevistado nº3, 63 anos).

Nesse contexto, a caça declinou enquanto prática da comunidade. A pesca, ainda é praticada, sobretudo no mangue pelas marisqueiras. As frutas e plantas medicinais também são coletadas, mas com menos intensidade, principalmente essas últimas, já que, segundo os mais antigos, os jovens não se interessam pelo conhecimento das plantas. Os banhos nos rios e lagoas ainda são praticados, principalmente pelos mais jovens.

Os Mitos ainda são reproduzidas dentro e fora da comunidade, como por exemplo, por guias locais para os turistas que percorrem as trilhas na mata. Porém, muito se perdeu, segundo os relatos. O rito fúnebre na mata não é praticado, pois o cemitério antigo não existe mais. Há cerca de dois anos o cemitério foi retirado do local e os restos mortais transferidos para o cemitério novo na área

urbana. Isso se deve ao fato da Prefeitura ter vendido o terreno a um grupo empresarial português visando a construção de um resort. Preservada, a Santa Cruz das Areias recebe promessas e ex-votos. Todo ano durante as festividades de São Pedro, a comunidade de pescadores limpa e renova a capela para o recebimento da procissão, que sai do porto e vai até a Santa Cruz pela beira da praia.

CONCLUSÃO

Através dos dados resultantes da pesquisa constata-se que os recursos naturais da Mata Estrela usados no passado pela comunidade de pescadores de Baía Formosa/RN podem ser agrupados em quatro categorias: frutas, madeiras, plantas medicinais e animais. Foram identificados 16 frutas, 19 madeiras, 8 plantas medicinais e 13 animais. As frutas eram utilizadas principalmente para a subsistência e comercializada quando havia excedentes. As madeiras eram utilizadas para construção de casas, barcos e ferramentas de trabalho. As plantas medicinais eram usadas para o tratamento de enfermidades e os animais para subsistência. Hoje esses recursos são menos utilizados, devido a fatores como limite do acesso a área pelos órgãos fiscalizadores e vigilância, mudanças nos meios produtivos da pesca, desaparecimento de alguns animais pelo desmatamento e o desinteresse dos jovens em aprender o conhecimento tradicional sobre as plantas.

As práticas sociais da comunidade de pescadores de Baía Formosa na Mata Estrela, no passado, corresponderam a agricultura, extrativismo e lazer. A agricultura se caracterizava pelo cultivo de pequenas áreas. O extrativismo consistia na caça, pesca nos rios e mangues e coleta de frutas, madeiras e plantas medicinais. O lazer se resumia aos banhos de lagoas e rios. Hoje, todas estas práticas ainda são reproduzidas pela comunidade, mas encontram-se em declínio, exceto a pesca e o lazer. As práticas simbólicas do passado foram identificadas como os mitos nos diversos espaços da mata, o rito fúnebre no cemitério antigo e o rito sagrado no Santuário da Santa Cruz das Areias. Hoje, as práticas simbólicas ainda são reproduzidas na mata, como as narrativas míticas agregadas a área da mata e a devoção a Santa Cruz das

Areias, que está situada fora dos limites da unidade de conservação. O ritual fúnebre não está mais sendo reproduzido dentro da mata, pois o cemitério antigo foi destruído e um novo cemitério foi construído na área urbana, para onde foi transferido o ritual.

Podemos perceber que anteriormente à implantação da Usina Vale Verde e a da criação da unidade de conservação Mata Estrela, as práticas sociais e simbólicas na Mata se apresentavam mais fortemente. Isso se deve ao fato da usina possuir uma área de mais de 80% do território do município, incluindo a área que abriga a Mata Estrela que, além de ser reserva de proteção ambiental também é propriedade privada, no qual o proprietário pode fazer uso sustentável e a comunidade não. Esses eventos promoveram mudanças na relação da comunidade com a Mata Estrela que contribuíram para o esmaecimento das suas práticas sociais e simbólicas. As maiores implicações na comunidade foram a perda do acesso às áreas de plantio e a restrição de acesso aos recursos naturais.

A perda do livre acesso as áreas de plantio ocasionou no declínio da prática da agricultura, a comunidade perdeu acesso a terras utilizadas para o plantio de pequenos roçados, áreas que deram lugar para o plantio da cana de açúcar. Com isso os roçados foram pressionados para o entorno da mata. Posteriormente, com a criação da unidade de conservação, a comunidade foi cada vez mais pressionada a abandonar esta prática social, o que ocasionou a perda de um dos meios de reprodução social da comunidade, já que ela é classificada como camponesa formada por pescadores-agricultores e que as roças eram cultivadas de forma a suprir a necessidade de subsistência. Devido à restrição de acesso aos recursos naturais, sobretudo a madeira, o conhecimento tradicional da arte da carpintaria naval vem declinando entre os membros da comunidade. Com a criação da unidade de conservação, a área passou a ficar sob fiscalização ambiental e a comunidade não teve mais acesso às madeiras de forma livre, o que acarretou num desestímulo à construção naval e consequentemente no desinteresse pelo conhecimento tradicional do saber-fazer barco. Ocorrendo assim uma alteração na valorização que se atribui as tradições, conhecimentos, habilidades e

atitudes ligadas a bens culturais. O mesmo ocorre no conhecimento sobre as plantas e suas propriedades medicinais.

O desmatamento também contribuiu para essa alteração dos recursos naturais como também na perda do significado mítico ou sagrado agregado à área perdida. Antes da criação da reserva, a usina desmatou grandes áreas de Mata Atlântica para o cultivo de cana, o que além de impactar negativamente o meio ambiente, também impactou negativamente a comunidade, pois a mata é um espaço de práticas sociais e simbólicas. Verifica-se a necessidade de estudos de impactos sociais para avaliar os custos-benefícios da criação de unidades de conservação e evitar modelos de conservação preservacionistas baseados na conservação limitada às atividades de proteção do mundo natural. Como também são importantes para avaliar projetos desenvolvimentistas, como a agroindústria canavieira, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade em conjunto com as comunidades locais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelos auxílios concedidos para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol.43, n.1, pp. 145-182, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012000000100005>

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. “Populações

Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Casa civil, Poder executivo, Brasília, DF, de 5 de abril de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. *Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável: Capes na Rio+20* / Brasília: Capes, 2012.

CASTRO, Francker Duarte de. *Implicações Socioeconômicas e ambientais da pesca artesanal de lagosta em Touros/RN*. 2012. Dissertação (Mestrado em) – Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFRN, Natal. 2012.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluvar (Org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Povos e águas: Inventário de áreas úmidas*. 2ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Patrimônio Natural e o Cultural: Por uma visão convergente. SIMPÓSIO SOBRE POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 1997, Goiânia. *Atas do Simpósio sobre Política nacional do Meio Ambiente e patrimônio Cultural*. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000.

FIRTH, Raymond. Mudança Social em comunidades camponesas. In: *Elementos de Organização Social*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1974.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. *Perfil do seu município*: Baía Formosa. V. 10, p.1-21. 2008. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/arquivos/Perfil%202008/Ba%C3%ADa%20Formosa.pdf> Acesso em: 17 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=240140>> Acesso em: 17 fev. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS e FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica - Período 2011-2012*: Relatório Técnico. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://mapas.sosma.org.br/dados/>> Acesso em: 14 mai. 2013.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2ed. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

MILLER, Francisca de Souza. *Barra de Tabatinga: terra do povo, mar de todos: a organização social de uma comunidade de pescadores do litoral do Rio*

Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 2002

MILLER, Francisca de Souza. *Pescadores e coletoras de Patané/Camocim: aspectos da adaptação humana aos manguezais do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2012.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 2ed. Natal-RN: Cooperativa Cultural, 2002.

SCHIAVETTI, Alexandre; MAGRO, Teresa Cristina; SANTOS, Michele Silva. Implementação das Unidades de Conservação do corredor central da Mata Atlântica no Estado da Bahia: Desafios e limites. *Revista Árvore*, Viçosa-MG, v.36, n.4, p.611-623, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622012000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 mar. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-67622012000400004>

SILVA, Rubens Elias da. *Guiados por mares e peixes: Memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades costeiras no Rio Grande do Norte*. 2011. 278f. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPB, João Pessoa. 2011.